

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.615 - GO (2019/0179570-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
SUSCITANTE : NUTRAGE INDUSTRIAL LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO : FLÁVIO CARDOSO - ADMINISTRADOR JUDICIAL -
GO024920
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE APARECIDA DE
GOIÂNIA - GO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA VARA ÚNICA DE APARECIDA DE
GOIANIA - SJ/GO
INTERES. : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência instaurado por Nutrage Industrial Ltda - Massa Falida, com pedido de liminar, em face do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Aparecida de Goiânia/GO e do Juízo Federal da Vara Única de Aparecida de Goiânia SJ/GO.

Afirma que, em 11.7.2008, ingressou em juízo com pedido de recuperação judicial, que resultou na convalidação em falência no dia 17.5.2012, sendo que os bens da massa foram devidamente arrecadados e, posteriormente, alienados com pagamento do preço em prestações.

Acrescenta que, com o recurso da venda, iniciou-se o pagamento dos credores na forma disciplinada no art. 83 da Lei nº 11.101/2005, sendo que a primeira classe da ordem de preferência (trabalhista e acidente de trabalho) foi integralmente paga. "Agora a administração judicial por ordem do juízo concursal está pagando a segunda classe (credores com garantia real), à medida que ocorra o recebimento das prestações do preço da venda".

Aduz que, não obstante esse cenário, "a massa falida foi arrolada no polo passivo da Execução Fiscal nº. 0000455-75.2011.4.01.3504, em trâmite perante o juízo da Vara Única da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia - GO, tendo este juízo proferido decisão, determinando a citação deste causídico/representante da massa falida, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague o valor de R\$ 191.385,44 (cento e noventa e um mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), acrescido dos encargos legais, ou ofereça bens em garantia da execução", sendo que o débito se refere, também, a outras execuções fiscais.

Superior Tribunal de Justiça

Liminar deferida às fls. 199/202, informações dos Juízos suscitados às fls. 205/213 e 214 e 216. Parecer do Ministério Público Federal às fls. 220/223 opinando pelo conhecimento do conflito, declarando-se competente o Juízo da recuperação judicial.

Eis os fundamentos pelos quais deferi a liminar:

Assim postos os fatos, verifico que a questão discutida nos autos já foi, reiteradamente, decidida por esta Corte que entendeu que, "com a edição da Lei 11.101/05, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o juízo universal para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais (...)", (CC 110941/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, DJe 1/10/2010).

Desse modo, são, pois, incompatíveis com a recuperação judicial e a falência os atos de execução proferidos por outros órgãos judiciais de forma simultânea com o curso da recuperação ou da falência da empresa devedora.

Nesse sentido são, dentre outros, os seguintes acórdãos:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FALÊNCIA. TERMO LEGAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. BEM IMÓVEL PRACEADO PELO JUÍZO TRABALHISTA. DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA. PRODUTO ARRECADADO PELO JUÍZO TRABALHISTA SEM REMESSA AO JUÍZO FALIMENTAR. NECESSIDADE. CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. Trata-se de conflito de competência suscitado por empresa submetida ao processo de falência, que teve seu bem imóvel praceado pelo Juízo Trabalhista.
2. A jurisprudência do STJ tem entendimento firmado no sentido de que os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas em falência ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-lei nº 7.661/45 ou da Lei nº 11.101/05, devem ser realizados pelo Juízo Universal, ainda que ultrapassado o prazo de 180 dias de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/05. Precedentes.
3. O valor arrecadado com o praceamento do bem da falida no Juízo Trabalhista deve ser remetido ao Juízo falimentar, a quem compete a administração dos bens daquela, bem como o pagamento dos débitos por ela contraídos e apurados no âmbito do processo de falência.
4. Conflito de competência conhecido para declarar a competência

Superior Tribunal de Justiça

do Juízo Falimentar.

(CC 146.657/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZES VINCULADOS A TRIBUNAIS DIVERSOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR PARA A PRÁTICA DE ATOS QUE IMPLIQUEM RESTRIÇÃO PATRIMONIAL.

1. Conflito de competência suscitado em 21.10.2013 Autos conclusos ao Gabinete em 04.02.2013, após resposta dos ofícios enviados e parecer do MPF.

2. Discute-se a competência para a prática de atos de execução determinados pelo juízo trabalhista, tendo em vista a falência da empresa executada.

3. O patrimônio da sociedade empresária não pode ser afetado por decisões prolatadas por juízo diverso daquele em que tramita seu processo de falência. Precedentes.

2. A jurisprudência desta egrégia Corte é firme no sentido de que, decretada a falência, as execuções contra a falida não podem prosseguir, mesmo havendo penhora anterior (EDcl nos EDcl no AgRg no CC 109.541/PE, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 16/04/2012).

6. Conflito conhecido, para declarar a competência do JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP.

(CC 130.994/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/2014, DJe 19/08/2014)

Cabe ressaltar que a jurisprudência da Segunda Seção se firmou no sentido de não caber a outro Juízo, que não o da Recuperação Judicial ou da Falência, ordenar medidas constritivas do patrimônio de empresa sujeita à recuperação judicial ou à falência.

Verifico que, de fato, no presente caso foi decretada a falência da suscitante (fls. 65/71) e, mesmo assim, o Juízo Federal determinou a penhora de crédito no rosto dos autos do processo falimentar (fl . 89).

O Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Aparecida de Goiânia/GO manifestou-se afirmando que, *in verbis*:

Superior Tribunal de Justiça

Não há se falar em penhora de bens já arrecadados em processo falimentar. Os credores, inclusive a Fazenda Pública, receberão seus créditos no juízo concursal observada a ordem de preferência. A penhora ocorrida no feito em referência fere tal ordem.

No caso, a Fazenda deverá simplesmente informar os seus créditos para que, no momento oportuno, sejam eles pagos em obediência à ordem estabelecida no art. 83 da Lei nº 11.101/2005.

O fato de os créditos tributários não serem sujeitos ao processo falimentar não autoriza a Fazenda Pública penhorar bens da falida já arrecadados.

A competência para dirimir questões sobre bens arrecadados é do juízo concursal.

Por sua vez, o Juízo Federal da Vara Única de Aparecida de Goiânia SJ/GO manifestou-se afirmando que, de fato, determinou o prosseguimento da execução fiscal, tendo determinado a expedição de mandado de citação e penhora da Massa falida (fls. 205/213).

Desse modo, necessária se faz a confirmação da liminar, a fim de que não sejam praticados atos de constrição de bens ou valores da suscitante durante o curso da falência.

Em face do exposto, confirmo a liminar deferida e, com fundamento no artigo 957 do Código de Processo Civil de 2015, conheço do conflito para declarar competente para qualquer ato de constrição ou alienação de bens ou valores da suscitante, na execução referida nos autos, o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Aparecida de Goiânia/GO.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora